



SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E ATOS CONGÊNERES

PROCESSO Nº 60585.001154/2019-35

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
029/2019-MD, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA DEFESA
(MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
(DEADI) E A EMPRESA TECNICAL ENGENHARIA LTDA.**

A **UNIÃO**, entidade de direito público interno, por intermédio do **MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, na cidade de Brasília-DF, CEP 70049- 90 0, **CNPJ nº 03.277.610/0001- 25**, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Administração Interna, Senhor **ADRIANO PORTELLA DE AMORIM**, nomeado pela Portaria nº 2.083/Casa Civil, de 25/10/2016 (publicada no DOU nº 206, de 26/10/2016), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 1.836/SEORI/SG-MD, de 16/05/2018 (publicada no DOU nº 094, de 17/05/2018), CPF nº 012.201.397-26, portador da Carteira de Identidade nº 1648897 – SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada

CONTRATANTE, e a Empresa **TECNICALL ENGENHARIA LTDA.**, CNPJ nº 72.581.283/0001-1, com sede no SHIS QI 11 – Bloco P, Salas 208/210 e 212, Brasília-DF, CEP 71625-205. doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada **HELDER NORONHA BARROS**, brasileiro, engenheiro mecânico, residente e domiciliado nesta Capital, portador da Carteira de Identidade nº M.2.087.297, expedida pela SSP/MG, e CPF nº 486.893.946-72, tendo em vista o que consta no Processo nº **60585.001154/2019-35** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 17/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de serviços de revitalização nos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) de responsabilidade da Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos e conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO(R\$)	
			UNITÁRIO(R\$)	TOTAL (R\$)
1	1	Apoio aos serviços	199.943,70	199.943,70
	2	Serviços de engenharia	3.731.544,37	3.731.544,37
TOTAL				R\$ 3.931.488,07

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A execução dos serviços será iniciada em até 8 (oito) dias após o recebimento da Ordem de Serviço. A contratada, por ocasião da execução dos serviços, deverá respeitar o cronograma físico financeiro estabelecido pela Administração, Apêndice G do Termo de Referência.

2.1.1. Prazo de vigência do contrato: O prazo de vigência será de 495 (quatrocentos e noventa e cinco) dias, **com início na data de 06/08/2019 e encerramento em 13/12/2020.**

2.1.2. Prazo de execução dos serviços: O prazo de execução será de 300 (trezentos) dias a contar do recebimento da ordem de serviço.

2.2. O prazo de vigência do contrato alberga o prazo de execução de 300 (trezentos) dias, o prazo de recebimento provisório previsto no Art. 73 da Lei 8.666/93, assim como um prazo de recebimento definitivo, superior ao previsto em Lei. Tal dilatação de prazo é necessária devido ao número elevado de unidades habitacionais a serem reformadas e ocupadas o que demanda um prazo adequado para verificação da habitabilidade dos imóveis.

2.3. O prazo de vigência em questão encontra arrimo na Orientação Normativa Nº 39/AGU: *"a vigência dos contratos regidos pelo art. 57, caput, da Lei 8.666, de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar"*.

2.4. *Descrições adicionais dos materiais e serviços a serem executados contam do Apêndice A do Termo de Referência.*

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 3.931.488,07 (três milhões, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e sete centavos).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Órgão/Unidade 52101 - Ministério da Defesa;

Programa de Trabalho: 05.122.2108.2000.0001 – Administração da Unidade

Elemento de Despesa: 33.90.39-16 – Manutenção e conservação de bens imóveis

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ADITAMENTOS

7.1. Se a alteração contratual se referir a serviços que não constem do Orçamento Detalhado, serão observados os critérios abaixo, na ordem como apresentados a seguir: A definição dos preços unitários dos serviços objeto de aditamento contratual obedecerá aos seguintes critérios:

7.2. Se a alteração contratual contemplar acréscimos ou supressões de serviços constantes do Orçamento Detalhado, serão adotados os seus preços unitários;

7.3. Será utilizado o preço unitário constante da tabela do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal:

7.4. Será utilizada tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI;

7.5. Caso não se consiga aplicar um dos critérios acima, o preço dos insumos será obtido mediante pesquisa de preços no mercado de, no mínimo, 3 (três) fornecedores independentes, devidamente justificado e aprovado pela fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

8.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

8.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

8.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

8.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

8.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

8.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

8.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

8.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

8.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os

mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.11. A contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

8.12. Será considerada extinta a garantia:

8.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

8.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

8.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência , anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 12,00 % (doze por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

1. Serviços passíveis de subcontratação:

11.1.1.1. Fornecimento e instalação de armários de cozinha, banheiros e guarda-roupas;

11.1.1.2. Recuperação de armários e guarda-roupas;

11.1.1.3. Manutenção em esquadrias de ferro; e

11.1.1.4. Execução de box de vidro temperado.

11.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.1.6. não mantiver a proposta.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

12.2.2. **Multa de:**

12.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

12.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

12.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

12.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

12.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3, 12.2.4 e 12.2.5 poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO

12.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a contratada que:

12.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.7.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.1.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à Contratada:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília/DF - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Pelo Contratante:

ADRIANO PORTELLA DE AMORIM
Diretor do Departamento de Administração Interna

Pela Contratada:

HELDER NORONHA BARROS
Representante da Empresa

Testemunhas:

MAURÍCIO DINIZ BARBOSA
Gestor do Contrato

EDIVALDO RODRIGUES DE REZENDE
Fiscal Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Edivaldo Rodrigues de Rezende, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 02/08/2019, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Diniz Barbosa, Gestor(a) de Contrato**, em 02/08/2019, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **HELDER NORONHA BARROS, Usuário Externo**, em 02/08/2019, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Portella de Amorim, Diretor(a)**, em 05/08/2019, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **1771254** e o código CRC **A29A29DA**.

EXTRATO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO PESQUISA

Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro ao Pesquisador Visitante (APV) - Concedente: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Objetivo: "Concessão de Auxílio Pesquisador Visitante" - Vigência: até 90 (noventa) dias a partir da data de publicação - Signatários: pelo CNPq- Jose Aureliano Fonseca Matos - Coordenador-Geral de Apoio Operacional - Pelo beneficiário o próprio.

Beneficiário	Processo	Valor Global	Nota de Empenho	Data de Firmatura
Rafael Antonio Duarte Villa	451244/2019-2	R\$ 10.000,00	2019NE004385	02/08/2019

Ministério da Defesa

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

EXTRATO ENCERRAMENTO

Termo de Encerramento do Acordo de Cooperação Técnica Nº 02/2013 celebrado com Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (07.129.796/0001-26) e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (02.314.467/0002-01) Processo: 60091.000531/2012-02. Fundamento Legal: Parágrafo Único da Cláusula Oitava do Acordo. Data de Encerramento: 31 de julho de 2019.

EXTRATO DE ENCERRAMENTO

Termo de Encerramento do Acordo de Cooperação Técnica Nº 07/2013 celebrado com Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (07.129.796/0001-26) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre-AC (63.606.479/0001-24) Processo: 00016.000500/2010-52. Fundamento Legal: Parágrafo Único da Cláusula Oitava do Acordo. Data de Encerramento: 31 de julho de 2019.

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 9/2019

O Hospital das Forças Armadas torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 90/2019, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de material de consumo hospitalar pa ra a seção DE ENFERMAGEM DO CENTRO de materialE ESTERILIZAÇÃO (SECME)destinados a atender às necessidades processo de lavagem,preparo e esterilização, tanto no SECME como o para a Seção de Central de Material Esterilizado da Divisão de Odontoclínica (SCME da Odontoclínica).Também de materiais que abastecem as Seções:do Centro Cirúrgico Geral, de UTI Geral, Odontoclínica edemais Seções Clínicas do Hospital das Forças Armadas necessidades de consumo do HFA. Empresas:00.538.079/0001-09 L.D.M. EQUIPAMENTOS LTDA,Total do fornecedor:R\$ 17.500,0000,EMPRESA:03.132.196/00 01-66,PLACIDOS COMERCIAL LTDA,Total do fornecedor:R\$ 4.410,0000,Empresa:05.818.423/0001-37 AMCOR FLEXIBLES BRASIL LTDA,Total do fornecedor:R\$ 124.425,0000,Empresa:06.228.497/0001-86,TANIA DE FATIMA GOZZO,Total do fornecedor:R\$ 12.180,0000,Empresa:06.238.171/0001-30,SANTE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,Total do fornecedor:R\$ 46.427,7500,Empresa:12.670.981/0002-44,PROTEGGERE INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI S EIRELI,Total do fornecedor:R\$ 1.201,5000,Empresa:13.991.459/0001-46,Baza,DISTRIBUIDORA LTDA,Total do Fornecedor:R\$ 7.144,5000,Empresa:13.993.669/0001-73,EMBALA TUDO INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI,Total do fornecedor:R\$ 28.200,0000,Empresa:20.140.256/0001-01,IMPERIAL COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALA,total do fornecedor:R\$ 74.396,0000,Empresa:24.774.241/0001-56, MEDEVICES PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA,Total do fornecedor:R\$ 83.000,0000,Empresa:26.453.860/0001-74,METROPOLE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP,Total do fornecedor:R\$ 97.080,0000, EMPRESA:26.687.752/0001-66,DMI BRASILIA MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI,Total do fornecedor:R\$4.022,0000,Empresa:27.401.513/0001-60, DEVANT CARE COMERCIAL LTDA,Total do fornecedor:R\$ 11.100,0000, Empresa:27.608.037/0001-53,DEJAMARO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS - HOS,Totaldo fornecedor,R\$ 24.750,0000, Empresa:28.467.674/0001-10,C.I.D. PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA,Total do fornecedor:R\$ 229.700,0000.Empresa 33.498.171/0001-41,SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,Total do fornecedor:R\$ 189.781,0000,Empresa:37.396.017/0006-24, MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITA, Total do Fornecedor:R\$ 168.756,7500, Empresa:52.202.744/0001-92, NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR S.A,Total do fornecedor:R\$ 4.620,0000. Demais informação no sítio governamental www.comprasgovernamentais.gov.br.

KLADSON TAUMATURGO FARIAS
Ordenador deDespesas

(SIDE - 05/08/2019) 112408-00001-2019NE800229

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 22/2019

O Hospital das Forças Armadas torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 22/2019, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Locação de Sistema de Gases Medicinais com fornecimento de insumos, de uso contínuo e utilizados na Seção de Gases e Refrigeração equipamentos do Hospital das Forças Armadas - HFA. Empresa: 00.331.788/0001-19 -Air Liquide Brasil Ltda., Total do Fornecedor R\$ 888.464,00 ;Demais informações no sítio governamental www.comprasgovernamentais.gov.br

KLADSON TAUMATURGO FARIAS
Ordenador de Despesas

(SIDE - 05/08/2019) 112408-00001-2019NE800229

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2019 - UASG 110404

Nº Processo: 60585001154201935.
PREGÃO SISPP Nº 17/2019. Contratante: MINISTERIO DA DEFESA -.CNPJ Contratado: 72581283000113. Contratado : TECNICAL ENGENHARIA LTDA -.Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de revitalização nos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) de responsabilidade da Administração Central do Ministério da Defesa. Fundamento Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas. Vigência: 06/08/2019 a 13/12/2020. Valor Total: R\$3.931.488,07. Fonte: 100000000 - 2019NE801388. Data de Assinatura: 05/08/2019.

(SICON - 05/08/2019) 110404-00001-2019NE800092

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 27/2019 - UASG 110404

Número do Contrato: 27/2018.
Nº Processo: 60586000144201891.
DISPENSA Nº 86/2018. Contratante: MINISTERIO DA DEFESA -.CNPJ Contratado: 33683111000107. Contratado : SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO -DE DADOS (SERPRO). Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, contados de 11/08/2019 até 10/08/2020. Fundamento Legal: art. 57, inc. II, da Lei nº 8666/93. Vigência: 11/08/2019 a 10/08/2020. Valor Total: R\$212.170,56. Fonte: 100000000 - 2019NE800406. Data de Assinatura: 01/08/2019.

(SICON - 05/08/2019) 110404-00001-2019NE800092

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2019 - UASG 120001

Número do Contrato: 7/2016.
Nº Processo: 67000002455201614.
PREGÃO SRP Nº 5/2016. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 00961357000136. Contratado : ENGLISH COMPANY ASSESSORIA -LINGUISTICA LTDA. Objeto: A prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, com reajuste de 4,58% (IPCA/IBGE), do Contrato de prestação de serviço de ensino da língua inglesa para militares do GABAER, CECOMSAER e ASPAER. Fundamento Legal: Com base no Inc. II, art. 57,e alínea "d", Inc. II, art. 65, ambos da Lei nº 8.666/93, e nas Cláusulas 2ª e 6ª do Contrato.Vigência: 01/08/2019 a 01/08/2020. Valor Total: R\$120.798,00. Fonte: 280120320 - 2019NE800372. Data de Assinatura: 31/07/2019.

(SICON - 05/08/2019) 120001-00001-2019NE800124

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2019 - UASG 120001

Número do Contrato: 8/2016.
Nº Processo: 67000002455201614.
PREGÃO SRP Nº 5/2016. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 07624814000146. Contratado : BRAVO INSTITUTO CULTURAL -HISPANO-AMERICANO LTDA. Objeto: A prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, com reajuste de 4,58% (IPCA/IBGE), do Contrato de prestação de serviço de ensino da língua espanhola para militares do GABAER, CECOMSAER e ASPAER. Fundamento Legal: Com base no Inc. II, art. 57 e alínea "d", Inc. II, art. 65, ambos da Lei nº 8.666/93, e nas Cláusulas 2ª e 6ª do Contrato.Vigência: 01/08/2019 a 01/08/2020. Valor Total: R\$67.302,00. Fonte: 250120320 - 2019NE800373. Data de Assinatura: 31/07/2019.

(SICON - 05/08/2019) 120001-00001-2019NE800124

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços 009/GABAER/2019; OBJETO: Registro de preços para a aquisição de ferramentas e equipamentos de proteção individual para a utilização pelos militares que compõem a Seção de Serviços Gerais (SGER), pelo período de 12 (doze) meses; PROCESSO: 67000.011595/2018-37; PREGÃO ELETRÔNICO: 10/GABAER/2019;- FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13 e demais legislações correlatas; DATA DE ASSINATURA: 23/07/2019; PRAZO DE VIGÊNCIA: 23/07/2019 a 23/07/2020. EMPRESAS VENCEDORAS: 02.005.973/0001-49 - UNIÃO CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE VEÍCULOS EIRELI, itens 12, 31, 69, 74 e 76, no valor total de R\$ 2.4036,84; 21.189.579/0001-52 - BOING COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA, item 77, no valor total de R\$ 1.232,08; 21.875.005/0001-38 - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES CAVALHEIROS LTDA, itens 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 33, 34, 55, 57, 58, 61, 63, 64, 65, 68, 70, 75, 79 e 82, no valor total de R\$ 3.403,92; 22.014.876/0001-20 - FER - MAX FERRAMENTAS LTDA, itens 1, 9, 19, 37, 41, 42, 44, 46, 81, 84 e 85, no valor total de R\$ 5.936,18; 24.514.337/0001-85 - ELETROPOSITIVA COMERCIAL EIRELI, itens 11, 26, 29 30, 35, 47, 59, 60, 67, 72, 80 e 88, no valor total de R\$ 1.093,88; 26.469.541/0001-57 - SUL.COM ATACADO E VAREJO LTDA, itens 17, 20, 21, 25, 27, e 71 no valor total de R\$ 1.184,90; 26.746.569/0001-94 - SAFIRA COMERCIAL EIRELI, item 38, no valor total de R\$ 4.305,90; 29.309.583/0001-19 - R.P FERRAGENS LTDA, item 13, no valor total de R\$ 149,99; 29.778.843/0001-03 - IRMAOS OLIVEIRA COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA, itens 2, 3, 4, 10, 48, 50, 66, 73 e 87, no valor total de R\$ 3.55,99; 29.843.035/0001-74 - SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI, itens 39 e 86, no valor total de R\$ 2.016,82; 37.085.537/0001-01 - SERMAT SERVIÇOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, item 83, no valor total de R\$ 113,50; e 65.453.615/0001-19 - HAMEG COMÉRCIO DE ELETRÔNICA E IMPORTAÇÃO LTDA, item 62, no valor total de R\$ 2.540,00. Valor Global da Ata R\$ 27.887,00. INFORMAÇÕES: na Seção de Licitações, (61) 3966-9776.

COMANDO-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE ENSINO
ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2019 - UASG 120634

Nº Processo: 67552004949201841.
PREGÃO SRP Nº 44/2018. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 04762238000105. Contratado : RECONP ENGENHARIA LTDA -.Objeto: Serviço de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), com imprimação e base em brita graduada simples (BGS), include material, regularização e compactação do subleito, pintura de ligação, meio fio, sarjeta e pintura de sinalização. Fundamento Legal: Lei 8666/93, 10520/02, Dec. 5450/05, 2271/97 e IN 02/08. Vigência: 17/06/2019 a 14/10/2019. Valor Total: R\$261.789,20. Fonte: 280120320 - 2019NE800143. Data de Assinatura: 17/06/2019.

(SICON - 05/08/2019) 120634-00001-2019NE800072

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2019 - UASG 120634

Nº Processo: 67552004949201841.
PREGÃO SRP Nº 44/2018. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 04762238000105. Contratado : RECONP ENGENHARIA LTDA -.Objeto: Serviço de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), com imprimação e base em brita graduada simples (BGS), include material, regularização e compactação do subleito, pintura de ligação, meio fio, sarjeta e pintura de sinalização. (Trecho 3-CA/DS/Barbearia). Fundamento Legal: Lei 8666/93, 10520/02, Dec. 5450/02, 2271/97 e IN 02/08. Vigência: 15/07/2019 a 11/11/2019. Valor Total: R\$128.072,92. Fonte: 100000000 - 2019NE800293. Data de Assinatura: 15/07/2019.

(SICON - 05/08/2019) 120634-00001-2019NE800072

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2019 - UASG 120634

Nº Processo: 67552004949201841.
PREGÃO SRP Nº 44/2018. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -.CNPJ Contratado: 04762238000105. Contratado : RECONP ENGENHARIA LTDA -.Objeto: Serviço de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), com imprimação e base em brita graduada simples (BGS), include material, regularização e compactação do subleito, pintura de ligação, meio fio, sarjeta e pintura de sinalização. (Trecho 13-frente CPA). Fundamento Legal: Lei 8666/93, 10520/02, Dec. 5450/05, 2271/97 e IN 02/08. Vigência: 15/07/2019 a 11/11/2019. Valor Total: R\$81.828,72. Fonte: 280120320 - 2019NE800294. Data de Assinatura: 15/07/2019.

(SICON - 05/08/2019) 120634-00001-2019NE800072

